

# Riscos, impactos, e agentes nos contratos de sondagem e exploração de combustíveis fósseis em Portugal

*Entre a política sustentável e a luta ecológica, o governo português parece dissolver-se entre o poderio económico do negócio energético e o poder social da cidadania informada e associativa, sem que seja clara a sua posição estratégica no que concerne os efeitos das alterações climáticas na exploração dos recursos energéticos do país.*

Lia Nunes | Pedra & Cal | [pedraecal@cantoredondo.eu](mailto:pedraecal@cantoredondo.eu)

## Acordos e Argumentos

Os argumentos que têm levado o Estado português a persistir no cumprimento de acordos assinados por anteriores governos com empresas extratoras de combustíveis fósseis, são claros: mapear as características do subsolo terrestre e marítimo português; assegurar o acesso a petróleo e/ou gás do e no país; garantir através destas concessões a captação de investimentos internacionais.

O Secretário de Estado da Energia acrescentou ainda, aquando da apresentação do estudo BP Statistical Review of World Energy 2018, em Lisboa, a 10 de julho, que “A opção deste Governo é pela transição energética, por mais renováveis, mais solar, é isso que temos autorizado. Essas (quadro 1) são todas situações que vêm do passado, mas que nós, cumprindo aquilo que é a lei e os contratos, temos de continuar a respeitar da forma mais rigorosa”.

A [Australis Oil & Gas](#), a [Partex Oil & Gas](#), a [Galp](#), a [ENI](#), a [Repsol](#) são as principais investidoras, sendo que outras, como a [Kosmos Energy](#) ou mesmo a [Portfuel de Sousa Cintra](#), retiraram ou pararam o investimento.

Uma das maiores críticas por parte da sociedade civil a estes processos de exploração de recursos energéticos tem sido a atuação da [Agência Portuguesa do Ambiente \(APA\)](#). Por sua vez, a APA considera estar a promover a correta aplicação da legislação nos diversos casos contratuais, como se lê numa nota de

**QUADRO 1** | Contratos das concessões contratadas pelo Estado Português desde 2007 para “Prospecção, Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Petróleo”

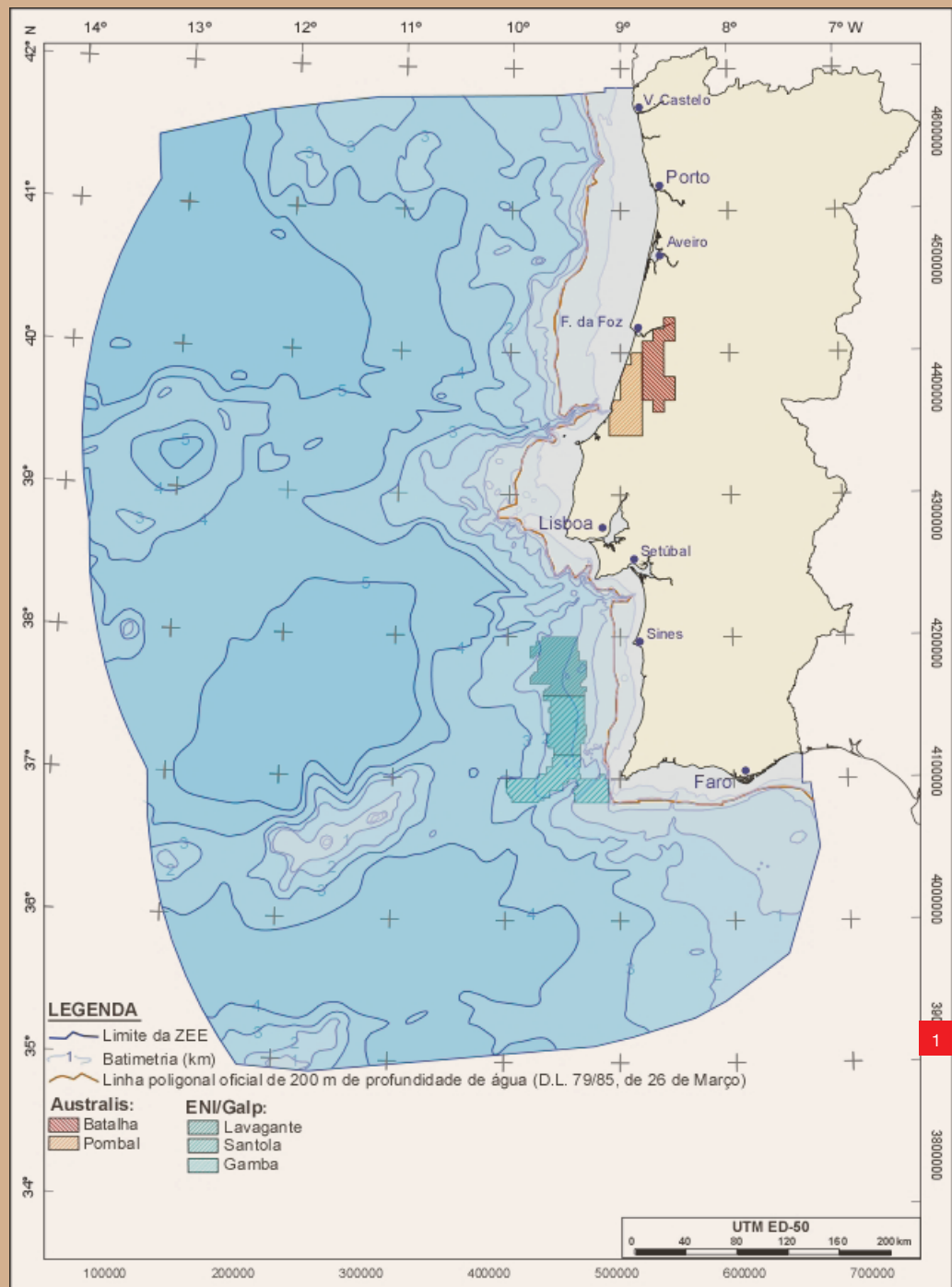
NOME DO CONTRATO	LOCAL	PARTES CONTRAENTES	DOCUMENTO
Contrato “Lavagante”	Sines	Estado Português e Hardman Resources Ltd., Petróleos de Portugal-Petrolgal, e Partex Oil and Gas Holdings Corporation	<a href="https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXUVIOZERfSzRzT.../view...">https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXUVIOZERfSzRzT.../view...</a>
Contrato “Santola”	Aljezur	Estado Português e Hardman Resources Ltd., Petróleos de Portugal-Petrolgal, e Partex Oil and Gas Holdings Corporation	<a href="https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXWFRUSHmzczg1T.../view...">https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXWFRUSHmzczg1T.../view...</a>
Contrato Gamba	Sagres	Estado Português e Hardman Resources Ltd., Petróleos de Portugal-Petrolgal, e Partex Oil and Gas Holdings Corporation	<a href="https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXX3BaU3BNcHJfY.../view...">https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXX3BaU3BNcHJfY.../view...</a>
Contrato “Batalha”	Nazaré	Estado Português e Australis Oil & Gas Portugal, Sociedade Unipessoal Lda.	<a href="https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXaGlnREFxZXNBa.../view...">https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXaGlnREFxZXNBa.../view...</a>
Contrato Pombal	Pombal	Estado Português e Australis Oil & Gas Portugal, Sociedade Unipessoal Lda.	<a href="https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXMkJIUXBIZn2L.../view...">https://drive.google.com/.../0B3Rm4b-FRcggXMkJIUXBIZn2L.../view...</a>

esclarecimento em que demonstra que um “[Parecer da APA](#) não permite a prospecção de hidrocarbonetos na Batalha”. Em causa estão as Avaliações de Impacto Ambiental [AIA] que foram ou não realizadas.

Ora, a discussão pública e mediatizada tem trazido para o fórum de debate diversas opiniões e muitos elementos que servem os argumentos de ambas as partes. Numa [reportagem](#)

da [Renascença](#), por exemplo, Nuno Pimentel (geólogo e professor da Faculdade de Ciências da Universidade Lisboa) quis diferenciar ‘riscos ambientais’ do que é ‘impacto ambiental’. O especialista compara a exploração petrolífera à construção de um aeroporto, afirmando que, além de ter riscos ambientais, um aeroporto teria também implicações ambientais, ao contrário de uma exploração petrolífera que tem riscos, mas não tem impacto já que a evolu-

1 | Mapa de Licenças e Concessões para pesquisa e exploração de recursos petrolíferos em Portugal. © Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis



ção técnica, com mecanismos de controlo e regras de segurança muito apertadas, tornou os riscos “*mínimos face aos benefícios de se encontrar e utilizar petróleo*”.

Responde na mesma reportagem e em muitas das intervenções públicas pela Climáximo e pela Plataforma Algarve Livre de Petróleo, João Camargo, chamando a atenção para os outros lados da questão. Num necessário

e extenso artigo para a Revista Crítica - Económica e Social (n.º 8) o investigador e deputado traz a discussão do passado para o futuro. Por um lado, as concessões de prospeção e sondagem de combustíveis fósseis em Portugal existem desde a década de 70, sempre inconclusivas já que não se procedeu à sua exploração, sendo que os pareceres e resultados não ficaram em domínio público (pelo que parece contraditória a afirmação do

Secretário de Estado da Energia relativamente ao desconhecimento dos recursos do subsolo português). Por outro lado, toda a movimentação política internacional da atualidade, cujo ponto alto terá sido, sem dúvida, o *Acordo de Paris*, marca a alteração de rumo das políticas energéticas que devem caminhar da inevitável caída dos combustíveis fósseis para a utilização progressiva de energias sustentáveis.

## Petróleo e Património

Como se encontram petróleo e património nestes processos económicos e sociais, em que são os Tribunais que vêm dar a última palavra, como tem acontecido em outras ocasiões e contextos recentes; e como aconteceu também relativamente a um dos contratos de que vimos falando (ver secção **Sobre a resposta judicial a ações interpostas por movimentos de cidadãos**)?

Sabemos que a dispensa de AIA, no que concerne o furo de Aljezur, decorreu da conclusão de nove entidades públicas consultadas, além da própria APA, de que “não existem impactos negativos significativos”. Essas entidades incluem as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e do Alentejo, as direções-gerais da Autoridade Marítima, Património Cultural, Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Saúde, Entidade Nacional do Mercado de Combustíveis, Instituto de Conservação da Natureza e Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Relativamente a esta mesma situação, há outros procedimentos que contradizem as mesmas entidades. Por exemplo, sabe-se que o governo recebeu uma proposta do ICNF, que usando da Diretiva Habitats para o meio marinho, requeria que aquele espaço fosse declarado “zona sensível”, reclamando a preservação do ecossistema. Neste âmbito, o governo pediu pareceres a várias entidades, entre as quais a Direção-Geral do Património Cultural, e todas consideraram que a prospeção traria “impactos negativos”, sendo que se trata da mesma operação de prospeção para a qual haviam declarado não haver os ditos impactos.

Também a Direção Regional da Cultura do Algarve, há cerca de um ano atrás, na reunião da Comunidade Intermunicipal do Algarve – Amal, apresentou a candidatura de Sagres, Lagos e Silves a património imaterial da UNESCO, sendo que o projeto pode estar em risco. O, então, autarca de Aljezur, José Amarelinho, PS, alertou: “a candidatura vai cair por terra se o Governo não travar as

licenças para a exploração de petróleo”. A candidatura previa a criação de uma rota cultural marítima, formada por uma constelação de nove “lugares da globalização”, contando com o apoio dos ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros.

Petróleo ou Património? Será difícil responder relativamente ao que chamamos e às formas como consideramos o Património. Sem dúvida, o Património natural português é um dos grandes responsáveis pelo magnetismo turístico de que o país tem sido alvo nos últimos anos. A Costa Alentejana é, indubitavelmente, um dos últimos paraísos selvagens da costa europeia atlântica. Além disso, há que considerar o valor de reserva arqueológica que tem a costa portuguesa no seu todo e promover operações que põem em causa a sua existência poderá ter contornos de irresponsabilidade política e cultural.

No que diz respeito à exploração petrolífera, como paradigma energético que se considera cada vez mais ultrapassado, a Comissão Eu-

## EXEMPLOS DE RESPOSTA JUDICIAL A AÇÕES INTERPOSTAS POR MOVIMENTOS DE CIDADÃOS

Sobre o Furo de Aljezur, o comunicado de imprensa da Plataforma p’lo Algarve Livre de Petróleo:

“O consórcio ENI/Galp fica impossibilitado de realizar trabalhos prospectivos de petróleo e/ou gás. O Tribunal Administrativo de Loulé deu razão à contestação que a PALP entregou, no dia 24 de Maio, contra a Resolução Fundamentada dos Ministérios do Mar e da Economia que tinha levantado os efeitos da Providência Cautelar.

O Tribunal Administrativo de Loulé, por despacho de 29.06.2018, considerou que os interesses invocados pelos ministérios do Mar e da Economia são “interesses económicos e de cumprimento contratual”, pelo que confirmou a ineficácia dos actos de execução que o consórcio ENI/Galp entretanto realizaram, dando razão à PALP.

A Providência Cautelar está assim novamente em vigor, significando que o consórcio ENI/Galp não pode executar trabalhos de nenhuma ordem, até nova decisão do tribunal.

*P’la Plataforma Algarve Livre De Petróleo”*

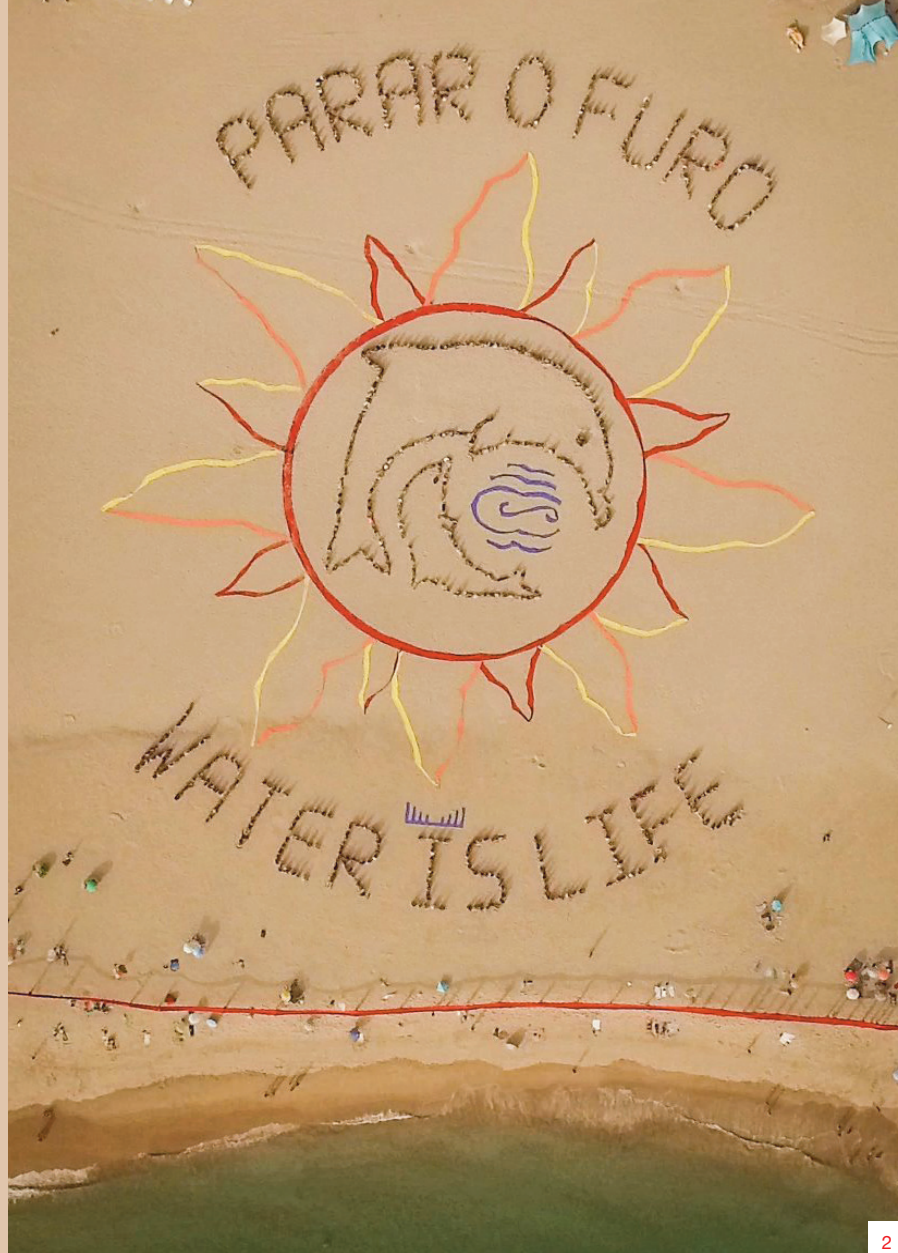
**SOBRE O  
MUSEU JUDAICO  
DE LISBOA**

**SOBRE A PRAÇA  
DAS FLORES**



ropeia veio confirmar que o Governo Português agiu conforme todos os regulamentos vigentes. São as autoridades locais e regionais que, com a sociedade civil e o seu movimento associativo, de que a PALP é um exemplo, vêm chamar a atenção para uma mudança de paradigma que joga com tempos curtos e longos, fazendo sobressair a dificuldade do governo e das entidades nacionais e supranacionais em assumir na prática a teoria assente nos mais recentes acordos políticos de cariz internacional. Fica com o exemplo da Espanha, em que a tutela do ambiente se assume como Ministério para la Transición Ecológica, sendo uma das suas prioridades o veto de todas as prospeções marítimas de gás e petróleo na costa espanhola.

2 | Ação de arte aérea na praia da Cova do Vapor, no dia 4 de agosto, com a participação de cerca de 800 pessoas que se manifestavam contra os contratos de prospeção e exploração de petróleo e gás natural em Portugal.  
© Tamera Media / Spectral Q



2

## CURSO REVESTIMENTOS A CAL

a importância de uma boa argamassa de cal



CENTRO  
DE ARTES E OFÍCIOS  
DO PATRIMÓNIO

### ELVAS 27/28 setembro e 11/12 outubro

Há milénios que a cal vem sendo usada como ligante nas diferentes argamassas de revestimento e em trabalhos de pintura e decoração.

Hoje, a cal é o ligante utilizado nos trabalhos de Conservação do Património.

### A QUEM SE DESTINA

Aos trabalhadores que queiram ver certificada a sua competência.

Aos jovens que queiram ter uma profissão de futuro no crescente mercado da conservação.

Aos agentes do património com responsabilidades na qualidade das intervenções.

### PROGRAMA E INSCRIÇÃO

[www.caop.org.pt/formação/](http://www.caop.org.pt/formação/)  
[caop@caop.org.pt](mailto:caop@caop.org.pt)

Largo de São Martinho, Edifício do Conselho de Guerra  
7350-118 ELVAS

Apoio **FIDELIDADE**  
SEGUNDOS DESDE 1998